

REGISTROS DE NASCIMENTOS EXTEMPORÂNEOS DE MIGRANTES DE ALAGOAS-SERGIPE (1964 À 1974)

Natália Batista Matos

RESUMO

O atraso dos registros civis é um fato recorrente no nosso país a muito tempo, sendo assim faz-se extremamente necessário entender as causas desse problema, por isso o objetivo do presente artigo é buscar e fazer um panorama das causas do atraso de registros civis de migrantes de Alagoas-Sergipe que trabalhavam em áreas rurais, usando como apoio fundamental a história oral, ouvindo-os e a partir disto e de pesquisas bibliográficas, pode-se destrinchar a situação econômica, política, e migratória, além do acesso a cidadania e compreender que a causa desses atrasos tinham muitos fatores.

Palavras chave: Registro civil, Migração, História oral, Cidadania.

ABSTRACT

The delay in civil registrations has been a recurring issue in our country for a long time. Therefore, it is extremely necessary to understand the causes of this problem. The objective of this article is to seek and provide an overview of the causes of delays in civil registrations of migrants from Alagoas-Sergipe who worked in rural areas. The fundamental support for this research will be oral history, listening to their stories. Through this method and bibliographical research, it is possible to dissect the economic, political, and migratory situation, as well as access to citizenship. This study aims to comprehend that the delays in civil registrations were influenced by various factors.

KeyWords: Civil registration, Migration, Oral history, Citizenship.

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar sobre a História do registro civil no Brasil, o próprio site do Registro Civil relata que: Inicialmente no período colonial, as informações sobre os nascimentos não eram registradas como atualmente, estes eram registrados na igreja que por sua vez tinham o monopólio das informações e do processo de registros cíveis.¹

¹ Registro Cível. **História dos cartórios de registro civil no Brasil remonta ao período colonial.** Disponível em: <<https://blog.registrocivil.org.br/2023/06/01/historia-dos-cartorios-de-registro-civil-no-brasil-remonta-ao-periodo-colonial/>> acesso em: 15/07/2023.

Graduanda no curso de História licenciatura plena pela Universidade Federal de Sergipe
nataliabatistamatos@academico.ufs.br

Portanto, ocorre uma mudança quando acontece a separação entre igreja e estado, e a partir de 1850 quando foi sancionada a lei do registro civil, os registros passam a ser registrados em cartórios, posteriormente, durante o período republicano a regulamentação e organização desses cartórios foram melhoradas, e a partir do decreto nº 1.886 que estabeleceu a criação de um registro civil para cada comarca e pessoas que dali fossem naturais, estas organizações ficam responsáveis por registrar nascimentos, casamentos, óbitos, e outros trâmites civis e garantir a autenticidade dos mesmos.

O registro civil de nascimento é o documento responsável por garantir todos os direitos básicos do cidadão; é por ele que podemos provar que existimos, desta forma quando somos registrados passamos a garantir que temos direito a educação e saúde por exemplo, mas quando conquistado os direitos também adquirimos deveres perante a sociedade, e obrigações previstas na legislação brasileira.

Segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, mais de três milhões de cidadãos brasileiros não possuem registro civil de nascimento, esse acompanhamento se dá a crianças que não receberam o registro até o seu primeiro ano de vida. Nesta pesquisa divulgada no ano de 2019, o nordeste apresenta um dos maiores percentuais de crianças não registradas com 2,5% só perdendo para a região norte que apresentava 7,5% do total.

Salienta-se ainda que, a ausência do registro impossibilita a pessoa de viver socialmente, uma vez que a mesma não poderá ter acesso aos serviços de saúde, trabalho e educação. No que se refere a educação, a criança ser impedida de ter acesso a este âmbito sem justificativa plausível tem como consequência para seus pais responder um processo criminalmente por abandono intelectual, uma vez que consta no código Penal que:

Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:
Pena -detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa. ²

Assim como o artigo 246 do código Penal, também é possível ampliar para os demais pontos referentes a cidadania da criança, sendo previsto no Art.227 do código civil que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

² Código Penal e de processo penal -3º edição, Brasília, 2022. Cap III. p. 50

Indubitavelmente, quando falamos sobre a ausência de registro civil torna-se fundamental falar sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social, isto é, famílias de baixa renda, e por consequência trabalhadores de áreas rurais que acabam se encaixando nas condições citadas.

Convém citar inclusive, a obra *Vidas Secas*, de 1938, que tem como autor Graciliano Ramos, cujo enredo do livro conta sobre uma família de retirantes nordestinos que vive em extrema vulnerabilidade social, e sem acesso aos direitos básicos como o direito à cidadania.

Adentrando nas questões sociais, conseguimos perceber que famílias que vivem nestas condições por muitas das vezes são famílias que residem e trabalham em áreas rurais, e a partir daí conseguimos identificar muitas histórias de vida.

OBJETIVOS

A partir da história de vida de Edileuza Maria Alves de Lima, este trabalho tem como objetivo buscar o problema dos registros tardios de casos similares que residiam e trabalhavam em áreas rurais dentro do território de Sergipe e Alagoas no período de 1964 à 1974, as condições sociais em que viviam, englobando a economia do nordeste na época, além de entender como foram feitos esses registros tardios já que a lei que possibilita que isto aconteça depois do prazo de 15 dias de vida da criança (Lei nº 11.790) só fora sancionada em 02 de outubro de 2008, as razões desse atraso, usando como apoio a história oral, entrevistando pessoas que conviveram com a mesma após a sua chegada em Sergipe. Para além da compreensão de tudo isso, esse trabalho serve para resgatar um pouco da história de uma mulher analfabeta, pobre, que perdeu o contato com a sua família e sonha em um dia reencontrá-la.

A história, enquanto ciência humana, possui diversas metodologias e campos teóricos. E nesse trabalho optou-se pela história oral, mais especificamente História oral de vida e história oral temática.

Jorge Eduardo Aceves Lozano afirma que a história oral

[...] é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos históricos-sociais (1998, p.16).

Ou seja, a história oral é um campo da história, cujo foco é voltado para a análise da oralidade, através da interdisciplinaridade com outras ciências sociais, como a psicologia, a antropologia e a sociologia. Assim, esse trabalho é focado na coleta de fontes orais de indivíduos que tiveram algum contato com Edileuza Maria Alves de Lima, e tem ou conhecem alguém que tenha histórias com seus registros civis semelhantes a dela.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho foram utilizadas obras em bibliografia físicas e on-line, que retratavam sobre migração no estado de Sergipe em toda a década de 1970, usando como material complementar dados coletados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Código civil e Penal brasileiro, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de coletar informações através da história oral, através de mulheres com a média de idade entre 65 e 80 anos, que trabalhavam e viviam em zonas rurais, buscando entender o processo de realização de registros no período de 1964 à 1974.

Apoiados na história oral é possível identificar histórias parecidas com a da obra de Graciliano e observar que mesmo com o passar do tempo as coisas não mudaram muito, tendo como exemplo a história de Edileuza Maria Alves de Lima, trabalhadora de canavial em Alagoas, que vivia em condição de vulnerabilidade social, tendo que levar suas duas filhas, Maria Lucia de Lima Batista e Maria José de Lima Batista, para o seu trabalho. Como estas não tinham registros civis de nascimento, tendo apenas o registro religioso (batismo) como prova de suas existências, motivada pelo sumiço do então marido e pai de suas filhas, ao qual ela se refere como “Vicente”, sem sobrenome, e sem saber muito sobre ele e sua família, Edileuza teve que retornar a casa de seus pais, pois sem o marido ela não tinha como residir mais dentro da fazenda em que trabalhava, chegando na casa dos seus pais, o seu pai diz para ela que não queria uma mulher com filhas dentro de casa, e que se ela quisesse permanecer teria que doar as suas filhas, ela prontamente nega. Em uma das suas idas ao trabalho, o seu pai negocia a doação das meninas com uma pessoa desconhecida, Edileuza descobre e acaba indo embora para o estado de Sergipe junto com um rapaz chamado por ela de “Zé de Moura” que a trouxe para trabalhar no mesmo ramo, a agricultura.

Nesse processo de migração, a mãe de Edileuza ficou com todos os seus documentos afirmando que ela voltaria, e que quando ela voltasse teria seus documentos de volta, sendo assim ela acaba indo para outro estado sem documentos, e suas filhas que sequer tinham o registro civil de nascimento acabam por vir sem documentos também. Chegando em Sergipe,

Edileuza começa a se relacionar com João Batista Santos, e procura refazer todos os seus documentos, registrando as suas filhas, sendo a mais nova Maria Lúcia com 2 para 3 anos de idade e a mais velha Maria José com 4 para 5 anos de idade. Por ser Edileuza analfabeta o que acabou atrapalhando na hora de refazer o seu registro e sem saber informações como: local exato de nascimento, e data, dela e até mesmo das filhas, o registro refeito acaba tendo informações aleatórias, sem certeza de que está correto, e o registro de suas filhas acaba constando que nasceram em Sergipe, mais precisamente no município de Indiaroba, Sergipe, em datas também aleatórias e com o nome de um pai que as adotou, nesse caso João Batista.

Esta história acontece no período de 1974, onde o Brasil passava pelo período da ditadura civil militar, momento este que começa em 1964 e se estende até 1985, onde o país foi governado por um regime militar, usando de elementos civis, e que teve início a partir de um golpe de estado que fora liderado por militares, levando a deposição do então presidente João Goulart. Além disso, este período foi marcado por restringir as liberdades civis, censurar a mídia, suprimir a oposição política e implementar políticas econômicas e sociais autoritárias, usando como apoio a tortura. As implementações econômicas foram caracterizadas por taxas baixas no PIB. Porém, vale ressaltar que neste período também houve um crescimento econômico significativo, principalmente enquanto acontecia o plano nomeado de “milagre econômico” durante a década de 1970, em contrapartida esta melhora econômica não se aplicava a todos os brasileiros, já que a concentração de renda aumentava exponencialmente na mão dos mais ricos, enquanto os mais pobres não experimentaram melhorias significativas nas suas condições de vida.

Embora o governo tenha implementado algumas políticas sociais, como o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), essas medidas não foram suficientes para lidar com as profundas desigualdades sociais e a pobreza estrutural no país.

De acordo com PAULINO (2020 Apud HABERT,1992, p.12), “Ao final de cada balanço econômico, o governo e a burguesia parabenizaram-se pelos números, pelo ‘clima de calma e tranquilidade’ que diziam existir no País e, é claro, pelas altíssimas taxas de lucros obtidos”. O Brasil passa a ser então um país de aparências, onde só eram observados e levados em conta dados da economia industrial pela ótica da burguesia, deixando de lado a análise socioeconômica de quem realizava a real produção interna do país, a massa de trabalhadores assalariados, que se encontrava mais da metade recebendo menos de um salário mínimo, e em péssimas condições sociais e de trabalho, sendo o Brasil um dos primeiros países em assuntos

como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho (2020, p.12 apud. HABERT, 1992, p.12).

No livro *Migrações em Sergipe* de Aldeci Figueiredo Santos, ele faz uma análise do censo demográfico de 1970 onde diz que “Existiam cerca de 159.526 mil pessoas vivendo fora do seu município de origem”. O que nos leva a pensar nas possíveis causas que motivaram a migração dessas pessoas para outras cidades e até mesmo para outros estados, já que se imagina que a obtenção de informações dada a época vigente seria algo dificultoso.

Segundo SANTOS “Observa-se dentre outros, por trás do fenômeno, o problema da terra, a falta de empregos, a seca, a precariedade e a inadequação de um sistema educacional que possa atender efetivamente as áreas interioranas e, com certo destaque, as limitações de um mercado de trabalho quantitativa e qualitativamente deficiente e inexpressivo”(1978, p.01).

A partir disso fica perceptível as problemáticas envolvidas num período onde apesar da promessa de melhoria de vida, com o milagre econômico, que fora citado acima, as pessoas não conseguiam viver essa realidade prometida, o que podemos observar é que a condição não só da região, mas do país passava por um momento crítico para alguns. De acordo com FERNANDES, “A economia do país de 1965 a 1974 teve uma baixa no desenvolvimento de produto capital e também o PIB teve uma desaceleração mais do que a metade, em compensação a taxa de investimento teve uma alta” (2009, p.4).

4. REGISTROS CÍVIS TARDIOS E BATISTÉRIOS

É de conhecimento comum tanto dentro dos âmbitos sociais mais leigos, e especialmente nos âmbitos de pesquisas de estatísticas sociais geográficas que há uma problemática que envolve os registros tardios de pessoas, sobretudo as que habitam zonas rurais.

Segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, mais de três milhões de cidadãos brasileiros não possuem registro civil de nascimento, esse acompanhamento se dá a crianças que não receberam o registro até o seu primeiro ano de vida. Nesta pesquisa divulgada no ano de 2019, o Nordeste apresenta um dos maiores percentuais de crianças não registradas com 2,5% só perdendo para a região norte que apresentava 7,5% do total.

Este é um retrato de uma realidade recente, e ainda é possível perceber que faz-se presente a falta de políticas públicas que possibilitem a essas pessoas que ainda não registraram

seus filhos nos primeiros dias de vida a conscientização sobre a importância do que para eles pode ser um simples documento.

Quando colocado numa temporalidade das décadas de 1960 a 1970, as coisas mudam de contexto, pois, não existiam os veículos tecnológicos, como as redes sociais por exemplo, e isso de certa forma dificultava muito mais o acesso às informações sobre o pra que servia o registro de nascimento além de ser um documento que registrava o seu nome e dia que nasceu, estas pessoas por muitas das vezes não tinham acesso a educação, não sabiam ler ou escrever, e viviam exclusivamente do trabalho no campo.

É importante salientar que as pessoas inseridas nesse contexto por muitas das vezes achavam mais importante batizar os seus filhos assim que nasciam, e ter o registro do batistério, de que o registro civil de nascimento em sí, como dito anteriormente, eles não tinham acesso a informação do pra que de fato servia o registro de nascimento, então colocavam a sua fé como prioridade, batizar os seus filhos e apresentá-los a sua fé era algo crucial para eles.

Esse foi o caso das filhas de Edileuza Maria, que foram batizadas antes mesmo de serem registradas, as duas assim que nasceram foram batizadas e adquiriram o batistério, que de uma certa forma prova a existência das duas crianças simbolicamente, mas não legalmente, ambas só fizeram o registro civil de nascimento após os dois anos de idade, constando a cidade de nascimento diferente da que realmente nasceram e as datas aleatórias, já que por não ter estudado Edileuza não tinha conhecimento dos números e não chegou a anotar as datas corretas, em entrevista, quando perguntado sobre os registros das crianças, Edileuza explica:

- E as meninas tinham documento?
“Tinha do batizado só.”
- E o registro?
“Não, quem tirou foi João”.

É de suma importância salientar que, a ausência do registro impossibilita a pessoa de viver socialmente, uma vez que a mesma não poderá ter acesso aos serviços de saúde, trabalho e educação. No que se refere a educação, a criança ser impedida de ter acesso a este âmbito sem justificativa plausível tem como consequência para seus pais responder um processo criminalmente por abandono intelectual, uma vez que consta no código Penal que:

Art.246 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940

Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:

Pena - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa³

Os registros civis de nascimento exercem um papel inicialmente de provar a existência da pessoa, mas não só isso, garante os seus direitos básicos como cidadão e o seu bem estar social. Evangelista e Júlio afirmam: “Uma população não identificada como elemento importante para o Estado revela o fracasso deste, que deveria garantir o bem estar social. Nota-se, portanto, que o resgate da dignidade dessas pessoas depende de atitudes mais profundas do que a simples confecção da certidão de nascimento” (2014, p.03).

5. CIDADANIA, PRECARIEDADE E FALTA DE ACESSO À EDUCAÇÃO

Entende-se por cidadania, tudo aquilo que se refere ao conjunto de direitos e deveres de uma pessoa em relação ao seu pertencimento a um determinado país, é uma afirmação legal, ou melhor, um status que garante ao indivíduo participar de uma série de dinâmicas que ocorrem nesse determinado país, por exemplo: participar da economia, política, cultura, o direito de votar e ser votado, ou ter acesso à educação, saúde, saneamento básico, campanhas sociais, entre outros.

A falta de registros civis, por exemplo, é um grande empecilho para a execução da cidadania, já que impede por exemplo, a matrícula na escola e o recebimento de auxílios oferecidos pelo governo, mas não só isso, dificulta também o acesso à saúde e à justiça.

Num panorama dos dias atuais, onde o acesso à informação já é algo parcialmente facilitado por meio das tecnologias, ainda é possível encontrar indivíduos que não sabem como garantir os seus direitos perante a sociedade, e ainda há um alto índice de pessoas que não estão registradas.

Utilizando de dados coletados e disponibilizados pelo IBGE, para Carbonari (2010, p.115), verifica-se que há grande evasão de registros de nascimentos no País: A exclusão de parcela significativa da população dos serviços de saúde e de justiça, o precário acesso à educação e a informação, especialmente de camadas mais pobres da população, são elementos estruturais que estão na base da desigualdade social que leva ao não registro das crianças nos seus primeiros dias de vida. Esses fatores são agravados por outros obstáculos, como a distância

³ Código Penal e de processo penal -3º edição, Brasília, 2022. Cap III, p.50.

percorrida até o cartório, a ausência do Estado na vida dos indivíduos, o que por vezes faz com que a certidão não seja entendida como um registro da cidadania.

Esses dados disponibilizados em 2010 nos mostram que ainda que haja campanhas sociais para a realização de registros civis, também há uma grande problemática que impede que estes sejam feitos, como citado acima, a parcela da população que mais apresenta a ausência de registros é pobre, e por muitas das vezes residem em espaços rurais, dificultando mais ainda o acesso aos cartórios pois a distância somada a pobreza acaba sendo um grande fator da demora dos registros.

Para além disto a cultura da região e da família também acaba interferindo no grau de importância que se dá para este documento, já que por maioria das vezes estes não entendem a certidão de nascimento como um registro de cidadania. Outro exemplo está na ausência do estado na vida dessas pessoas, já que residem em espaços afastados das cidades e por muitas vezes as políticas sociais são ineficientes e acabam não chegando nesses espaços para suprir as necessidades destas pessoas.

Quando falamos na década de 1970 a obra de *Migração em Sergipe* (1978), nos conta um pouco sobre o padrão de vida de algumas pessoas que viviam em contexto rural e por muitas das vezes acabavam migrando para outros espaços na tentativa de melhoria de vida, e o reflexo da falta de acesso à cidadania e ausência do estado na vida delas (SANTOS, 1978, p.12) destaca que: “O êxodo rural é constante na vida sergipana. Sergipe desde a colônia vive no litoral e no litoral. Devido à pobreza do interior e ao fato deste não responder ao desenvolvimento desejado, as migrações se aceleram em direção às cidades, na maioria empobrecidas.”

Segundo o mesmo autor destaca que: “Uma grande parte da população sergipana, possuíam apenas o nível de educação primário, possuindo um baixo padrão de vida, vivendo precariamente integrada à vida rural e dependendo da maioria do trabalho do campo” (SANTOS, 1978, p.16)

A partir disto é importante lembrar que durante o período que antecede a década de 1970, e até mesmo depois dela, era comum encontrar famílias em contexto de pobreza e residindo em áreas rurais que não valorizavam tanto assim o acesso a educação, já que prevalecia a ideia de que o trabalho era mais importante que ir a escola por exemplo, o que se torna entendível já que eles dependiam do trabalho para a sua subsistência.

Quando viam a escola como algo importante, limitavam o tempo e quantidade de aprendizado que era necessário para os seus filhos, e por vezes separavam por gênero quem poderia ir à escola que na maioria das vezes eram os filhos homens, já que as filhas mulheres eram vistas como para casar e cuidar dos filhos e marido, geralmente quando o filho aprendia a ler e escrever já era o bastante para parar e voltar apenas ao trabalho no campo junto aos pais e familiares, focando em aprender a trabalhar para ajudar as suas famílias ou cuidar dos irmãos mais novos para que os pais pudessem trabalhar.

Através de entrevista com Edileuza Maria Alves de Lima, conta sobre que em meados das décadas de 1960-1970, ela não conseguiu estudar porque precisava cuidar dos seus irmãos mais novos para que os pais dela fossem trabalhar, sendo assim, ela teve que abrir mão de cem por cento da sua educação e não chegou a aprender a ler e escrever.

Ivanilde Maurícia da Conceição diz em entrevista que:

“Eu não fui pra escola. Quando surgiu uma escola no cajueirinho, eu era mocinha, tinha uns 11 anos, aí papai era daquele povo do tempo velho, matriculou os filhos homens que precisava estudar, precisava viajar pra conhecer, né? Mas as mulheres não precisava disso, mulher era pra casar, cuidar de marido, cuidar de filho, filho que nascia de quinze em quinze (risadas), aí ele não me botou na escola...”

Também em entrevista Ambrozina Fernandes dos Santos Jorge, conta que a sua família era muito pobre, e que revezava as roupas com seus irmãos. Ela diz: “Hoje você trabalha e você compra o que você quer, você veste o que você quer, e naquele tempo minha filha, não dava, era um enxugando e outro vestindo, eu cansei de ver meu pai botando um varal perto do fogo pra secar a roupa, e no outro dia a roupa estava podre a fumaça...”

Também em entrevista Ivanilde Maurícia da Conceição diz: “Naquele tempo não tinha nem as estradas que tem hoje, era aquelas estradinhas que a gente passava, não tinha nem carroça de burro, era animal, de cangaia, depois que chegou a aparecer bicicletas, pra aqui pra Indiaroba mesmo a gente nunca veio de carro, vinha pelo rio”

Isso indica que, essa realidade permeia durante décadas, e se ainda hoje as políticas públicas e acesso à cidadania não conseguem suprir as necessidades dessas regiões rurais por completo, naquela época era quase nada.

Quando perguntado sobre o período militar em que o país vivia na época, tanto Ambrozina, quanto Ivanilde respondem que não perceberam nada de diferente no seu dia a dia na cidade de Indiaroba-SE.

Ambrozina: Eu já ouvi falar, mas tenho pouca lembrança, muito pouca.

- A senhora percebia alguma coisa de diferente acontecendo no dia a dia, policial pela rua, ou não via nada de diferente?

Ambrozina: Não, não via não.⁴

Ivanilde também diz que não via nenhuma movimentação na cidade:

- Nessa época estava acontecendo um movimento político aqui no Brasil chamado de ditadura militar. A senhora via muita polícia na rua? Muita coisa?

Ivanilde: Não, Não.

A partir disso ficam evidenciadas as consequências da falta de acesso à educação por exemplo, é de suma importância lembrar que nas décadas de 1960 e 1970 o Brasil passava por um período de regime militar, e que estas pessoas por mais que estivessem vivendo durante esse período acabavam por não perceber nada de diferente acontecendo, pois o seu afastamento do contexto urbano era tão grande as movimentações políticas da época passavam despercebidas.

6. MULHERES NO TRABALHO RURAL

Antecedendo a década de 1980, não havia um reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural, ainda que se tenha conhecimento de histórias de mulheres que deixavam as suas casas para trabalhar em fazendas, e até mesmo trabalhar com o próprio cultivo familiar, estas não possuíam direitos, eram quase invisíveis aos olhos dos movimentos sociais e não eram sindicalizadas.

“As reivindicações femininas encontraram eco no mundo rural devido à situação socioeconômica a partir da modernização da agricultura. A estrutura agrícola se transformou, expulsou um grande número de pequenos agricultores e alteraram a organização interna dos pequenos estabelecimentos, ocorrendo a perda da autoridade masculina” (SILVA, 2012, p.239)

Antes disso, a visão da mulher era a de que tinha que se reduzir ao lar, cuidar dos filhos e marido, trabalhar fora de casa era papel do homem, o provedor da casa, enquanto o principal papel da mulher era gerar filhos e cuidar da sua família.

Era quase que impossível enxergar a mulher como geradora de renda, capazes de tocar um negócio da família por exemplo, ou até mesmo de adquirir novos conhecimentos para se quisesse empreender um dia, todas essas atribuições só servem pros homens.

⁴ Entrevista com Ambrozina Fernandes dos Santos Jorge no dia 06 de agosto de 2023, em Estância-SE.
Entrevista com Ivanilde Maurícia da Conceição no dia 06 de setembro de 2023, em Indiaroba-SE

Como dito anteriormente neste trabalho, as famílias chegavam até mesmo a separar por sexo quem dos filhos poderia estudar para adquirir conhecimentos como o básico que é ler e escrever.

De acordo com SILVA (2012, apud Panzutti, 1997), no âmbito das relações familiares, no interior da unidade de produção, a ação modernizadora não destrói necessariamente a família. Ao contrário, pode promover novas condições para que ela se realize de outras formas, mesmo que de maneira desfavorável para um ou outro membro. Há uma redefinição de papéis.

Existem muitos relatos de mulheres, sobretudo das áreas rurais que trabalhavam na roça ajudando no plantio, manutenção, colheita e às vezes até mesmo na comercialização de tudo que foi produzido nas roças, essas mulheres desempenhavam um trabalho braçal, arando a terra, limpando, cortando galhos, e colhendo, no geral, fazendo todo o processo necessário para manter a produção.

Além do trabalho nas roças, algumas delas que moravam nos litorais aprendiam a pescar, quando não era pra vender, era para subsistência. É importante também lembrar que a agricultura e pesca se tornaram algo um tanto obrigatório de aprender, pois, para aqueles menos abastados servia como tática de sobrevivência, tanto de uma mãe, quanto pros filhos.

Dentre tantas histórias que podemos ouvir sobre mulheres no trabalho rural, podemos destacar a de duas mulheres entrevistadas, Ivanilde e Edileuza, ambas trabalhavam na roça, e pesca.

Edileuza, trabalhou em um canavial tirando cana, limpando o terreno para que fossem plantadas mais canas, e logo depois de migrar para a cidade de Indiaroba aprendeu a trabalhar no plantio, e na pesca como saída para alimentar suas filhas já que a sua renda não conseguia cobrir todos os gastos. Ivanilde, trabalhava no plantio junto com Edileuza, e foi quem a ensinou a pescar.

A partir de histórias como essas, podemos notar que a mulher em meio às dificuldades acabavam tomando o posto de chefes de família, e procuravam o trabalho rural como forma de manter a renda da sua família, e por algumas vezes buscando aprender novas formas de trabalhar mesmo que não seja algo que já saiba fazer.

7. CONTEXTO ECONOMICO E POLÍTICO

A política e economia andam lado a lado, quase que como se fossem uma só, uma depende do bom funcionamento da outra para que consiga ter um bom desempenho, a política tem a responsabilidade de fazer a economia, e outros âmbitos sociais funcionarem, é através dela que o funcionamento de um país inteiro é planejado.

Quando falamos em ditadura, é de conhecimento geral da nação que o Brasil passou por um período civil militar durante os anos de 1964 até 1985, período este que o país foi governado

por um regime militar, que usava de elementos civis, e que teve início a partir de um golpe de estado que fora liderado por militares, levando a deposição do então presidente João Goulart.

Além disso este período foi marcado por restringir as liberdades civis, censurar mídia, suprimir a oposição política e implementar políticas econômicas e sociais autoritárias, usando como seu maior aliado a tortura.

Para falar sobre a economia brasileira da época, precisamos entender o período que antecede, mais especificamente as décadas de 1950 a 1960, onde o Brasil já vinha criando um processo de industrialização brasileira, a partir do governo de Juscelino Kubitschek por exemplo onde o slogan dele era “50 anos em 5”, ele vai reforçar a consolidação de um sudeste urbano e industrial, mas à medida que esses investimentos são feitos no sudeste, fica possível perceber as desigualdades regionais, e ainda mais claro quando se refere a região nordeste.

Com isso vem a percepção de que os projetos de desenvolvimento precisavam diminuir as desigualdades regionais, caso contrário, como haveria integração? A resposta é, não haveria. Pensando nisto começa então a surgir as políticas de integração e desenvolvimento regional para diminuir as desigualdades, criaram-se políticas e órgãos, mais especificamente superintendências, é neste momento que é criada a SUDENE (superintendência do Nordeste), Mas não só esses problemas levaram Juscelino Kubitschek a tomar uma atitude para diminuir as desigualdades regionais, no Nordeste, na década de 1960 estava havendo grandes movimentações, além de várias denúncias relacionadas a malversação de fundos e falsificação de folhas de pagamento, houve a vitória da oposição de Juscelino Kubitschek em Pernambuco e Bahia, além disso a mobilização da população e surgimento de ligas camponesas, que por sua vez tiveram apoio da igreja católica, acabou deixando-o encurralado.

Diante desse quadro, Juscelino decidiu-se pela redefinição da política estatal para a região nordestina: em janeiro de 1959, lançou a Operação Nordeste, criando o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que, tempos depois, deu origem à Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Dentre esses projetos de políticas econômicas, é importante destacar o período que ficou conhecido como milagre econômico, período este que tem início em 1968 e fim em 1985 (VIEIRA, 2019, p.212)

Dentro do milagre econômico o Brasil teve um grande acúmulo e concentração de riquezas, mas também foi um período onde não houve um grande combate a desigualdades sociais, então houve grandes ganhos econômicos, mas não houve ganhos sociais por assim dizer, era

literalmente aquele dito popular que diz: “o rico cada vez mais rico, e o pobre cada vez mais pobre”.

De acordo com Lara Paulino (2020, p. 12. apud HABERT, 1992, p.12):

Ao final de cada balanço econômico, o governo e a burguesia parabenizaram-se pelos números, pelo ‘clima de calma e tranquilidade’ que diziam existir no País e, é claro, pelas altíssimas taxas de lucros obtidos”. O Brasil passa a ser então um país de aparências, onde só eram observados e levados em conta dados da economia industrial pela ótica da burguesia, deixando de lado a análise socioeconômica de quem realizava a real produção interna do país, a massa de trabalhadores assalariados, que se encontrava mais da metade recebendo menos de um salário mínimo, e em péssimas condições sociais e de trabalho, sendo o Brasil um dos primeiros países em assuntos como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho.

No período de 1962 a 1963, Celso Furtado⁵ assume o cargo de superintendente do nordeste, e a partir daí se compromete a investigar o que causou a desigualdade do nordeste em relação ao resto das regiões do país, as razões da região nordeste ser considerado como um lugar de miséria e pobreza.

Neles, deslocou o enfoque tradicional de abordagem, relendo as razões da miséria e da estagnação nordestinas e, a contrapelo do otimismo que no geral envolvia as avaliações das iniciativas econômicas de Juscelino, questionou a política industrial do governo, em termos de seus efeitos negativos para a região. Em lugar do discurso da seca – até então hegemônico, quando estavam em pauta os problemas do Nordeste –, colocou a estrutura fundiária, a organização econômica e a formação histórico-política como causas do atraso (VIEIRA, 2019, p. 212)

A mesma autora destaca que:

Suas preocupações com o desenvolvimento do Nordeste iam, no entanto, além de suas convicções cepalinas de compromisso com a superação da pobreza e da estagnação seculares da região: temia o espectro da revolução que acreditava rondar a Zona da Mata e o Agreste, onde camponeses organizavam-se nas Ligas e nos sindicatos rurais. Aliás, esse será seu argumento político mais forte, na tentativa de sensibilizar as elites nordestinas recalcitrantes, que se opunham a quaisquer reformas que ameaçassem seus privilégios (VIEIRA, 2019, p. 213)

⁵ Celso Monteiro Furtado (1920-2004) foi um renomado economista e sociólogo brasileiro, conhecido por suas contribuições ao desenvolvimento econômico. Graduado em direito e economia, obteve um doutorado na Sorbonne, em Paris. Atuou ativamente no governo brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, implementando políticas de desenvolvimento econômico e social. Autor prolífico, seu livro "Formação Econômica do Brasil" (1959) é uma obra seminal sobre a história econômica brasileira. Após exílio durante a ditadura militar, continuou a influenciar a economia global como consultor e professor. Furtado faleceu em 2004, deixando um legado duradouro na economia e no entendimento do desenvolvimento econômico.

Dando voz à técnica da história oral, e colocando no contexto dos anos de 1964 a 1974, é possível perceber que a economia do país estava crescendo e trazendo vantagens apenas para aqueles mais abastados, os que tinham funcionários, e não os que eram funcionários, no contexto de vida rural, mal se percebia que a economia do país estava crescendo, o trabalho era árduo, e mal remunerado, mal dando para comprar o necessário para sobreviver.

Em entrevista Ivanilde conta um pouco da vivência dela da época quando perguntado sobre as condições econômicas. Perguntada sobre como era na época o trabalho e se o que ganhava no trabalho dava pra comprar tudo ou era difícil, Ivanilde afirma: “Era muito difícil, eu mesmo trabalhava muito, eu fazia panela de barro, trabalhava na roça, mas o dinheiro não dava, eu vivia de pescaria, e ela (Edileuza) coitada que nem isso sabia fazer, pra poder aprender ela sofreu muito”⁶.

8. MIGRAÇÃO EM SERGIPE

A história de muitos brasileiros é marcada por uma busca por melhoria de vida, e para realizá-la, muitos optam por deixar as suas cidades, e até mesmo os seus estados ou país.

O problema da migração marca profundamente o país, com inevitáveis repercussões em seu processo de desenvolvimento. Ele está ligado ao povoamento e colonização, seja como elemento de pressão econômico-social, seja refletindo a dramaticidade da inchação das cidades e com ela o desemprego, a falta de habitação, a necessidade de transportes etc. (SANTOS, 1978, p.1).

Quando buscamos entender os motivos particulares do processo migratório não só de Sergipe, mas do nordeste inteiro, levantamos algumas hipóteses que podem estar atreladas à economia, geografia, entre outros. Além disso é necessário levar em consideração que na década de 1970 os estados nordestinos apresentavam uma maior porcentagem de migrantes em relação a sua população.

As motivações para isto são variadas, podendo ser elas a seca, falta de emprego, problemas na terra de plantio, a precariedade e a inadequação dos sistemas educacionais que por muitas das vezes não conseguiam atender com eficiência as áreas rurais, e as limitações do mercado de trabalho.

Ainda sobre as justificativas de um processo migratório é necessário pensar o que se busca quando uma pessoa decide sair da sua cidade ou estado de origem, a resposta na maioria das vezes é: Melhoria das condições de vida, gera-se aí uma expectativa em cima da cidade de

⁶ Entrevista com Edileuza Maria Alves de Lima em 09 de setembro de 2023, em Estância-SE.

destino com relação a isto. É comum que estas pessoas procurem capitais regionais ou metrópoles, mas, na maioria das vezes, o grupo não consegue realizar grandes mudanças no nível econômico de vida devido à falta de nível educacional.

Porém, quando abordado sobre a divisão entre homens e mulheres na procura de lugares para migrar, as coisas mudam um pouco.

“Há em Sergipe outro tipo de trajeto, o direito, cuja maior participação cabe a elementos femininos na área urbana, pois, o elemento masculino predomina na área rural.” (SANTOS, 1978, p.2).

Ou seja, as mulheres na maioria das vezes procuravam zonas urbanas para migrar, os que nos faz pensar na mão de obra que elas exerciam nesses lugares, podendo ser como babás, faxineiras, cozinheiras, e alguns outros tipos de tarefas domésticas já que o nível educacional não lhes permitia assimilar a nova vivência urbana.

Já os homens procuravam as áreas rurais, para desempenhar o trabalho braçal de plantio, colheita, entre outras atividades que exigiam força.

Mas isso não quer dizer que a presença das mulheres estava apenas nas áreas urbanas, quando falamos em migração familiar, é muito mais comum que as famílias procurassem áreas rurais ou perto de litorais, e dando espaço a história oral, podemos citar o exemplo da história de Edileuza Maria, que contraria a ideia pré-concebida de que a mulher deveria trabalhar em serviços domésticos, em entrevista Edileuza cita que “Trabalhava em um canavial, tirando cana junto do seu companheiro da época, e morava dentro dessa fazenda”⁷.

Ela exercia um trabalho braçal durante o dia inteiro, para que pudesse sustentar as suas filhas, e assim quando migrou do estado de Alagoas para cidade de Indiaroba, procurou novas roças para trabalhar no plantio e cultivo, além disso, aprendeu a pescar para que pudesse vender na feira o prato popular chamado de quebrado de aratu.

Quando falamos sobre o estado de Alagoas como rota de migração dos sergipanos na década de 1970, Aldeci Figueiredo Santos (1978) informa que o IBGE na época já registrava uma porcentagem de 2,72%, dessa origem em que as pessoas se estabeleciam lá por alguns motivos, sendo dois deles: a vizinhança e a exploração de petróleo.

⁷ Entrevista com Edileuza Maria Alves de Lima dia 09 de setembro de 2023, em Estância-SE

Ainda sobre a presença de homens e mulheres migrantes em Sergipe, podemos observar na tabela abaixo, o levantamento do censo demográfico de Sergipe, IBGE a quantidade em números no ano de 1970.

TABELA 1
ESTADO DE SERGIPE
População Migrante
1970

SEXO	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
Homens	75.323	51.502	25.821
Mulheres	84.203	61.276	22.927
TOTAL	159.526	112.778	48.748

Fonte: I.B.G.E., Censo Demográfico, 1970.

Fonte: Livro Migração em Sergipe (SANTOS, 1978, p.2)

Estas pessoas por muitas das vezes saíam das suas cidades em transportes chamados pau de arara, que eram caminhões com a traseira coberta por lonas, e transportavam as pessoas nessa parte traseira, sem segurança, mas, em alguns lugares eram os únicos transportes possíveis para sair de uma cidade para outra com o custo muito baixo. A distribuição de sergipanos nos estados brasileiros naquela década pode ser observada na tabela baseada no censo demográfico de 1978.

TABELA 2
MIGRAÇÃO DE SERGIPANOS
Distribuição do Sergipanos nas Unidades da Federação
1970

ESTADOS	POPUL. TOTAL DE ESTADO E TERRITÓRIO	TOTAL DE SERGIPANOS		DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS SERGIPANOS NAS UNID. DA FEDER.
		Absoluto	Relativo	
Roraima	111.064	197	0,17	0,07
Roraima	40.885	21	0,05	0,007
Amapá	114.359	17	0,01	0,006
Acre	215.299	86	0,03	0,03
Amazonas	9.552.235	162	0,01	0,06
Pará	2.167.018	259	0,01	0,09
Maranhão	2.992.686	296	0,009	0,10
Piauí	1.680.603	120	0,007	0,04
Goiás	4.361.603	403	0,009	0,14
Rio Grande do Norte	1.550.244	188	0,01	0,07
Paraná	2.382.617	319	0,01	0,11
Pernambuco	5.160.640	2.404	0,04	0,89
Alagoas	1.588.109	7.335	0,46	2,72
Bahia	7.493.470	58.073	0,78	21,83
Minas Brasil	11.487.415	3.354	0,02	1,24
Espírito Santo	1.599.333	2.134	0,13	0,79
Rio de Janeiro -GR	8.994.802	58.170	0,64	21,56
São Paulo	17.771.948	98.387	0,55	36,48
Paraná	6.899.868	25.341	0,36	9,39
Santa Catarina	2.904.734	120	0,004	0,04
Rio Grande do Sul	6.664.871	240	0,003	0,08
Mato Grosso	1.597.090	7.414	0,46	2,74
Goiás	2.938.677	984	0,03	0,36
Distrito Federal	537.492	2.641	0,52	1,05
Fernando de Noronha	1.241	3	0,24	0,001
TOTAL		269.668		

Fonte: Livro Migração em Sergipe (1978, p.3)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande quantidade de pessoas que não possui registros civis de nascimento no Brasil é alarmante até os dias de hoje, e quando paramos para pensar numa época que antecede a era da tecnologia podemos concluir que o acesso às informações eram muito menores e dificultadas.

As pessoas que trabalhavam em áreas rurais por sua vez, não tinham condições financeiras de se deslocarem para as cidades para registrar os filhos de um por um a cada vez que nasciam, além disso a falta de acesso a educação dificultava o entendimento dos mesmos do pra que servia aquele documento para além de somente registrar o nome e a data de nascimento dos seus filhos. A importância que se dava aos batistérios é algo a levar em conta, pois, estamos falando de pessoas simples, que acima de tudo cultuavam a sua fé, e achavam por melhor e de mais valor ter batizado o seu filho e apresentado a igreja, do que ter um simples documento que eles sabiam que precisavam, mas mal usavam dos bônus que aquele traria.

É possível concluir também que as consequências pela falta dos registros civis de nascimento afetaram e afetam as vidas dessas pessoas, pois, grande maioria não tinha suporte

do estado e acesso à cidadania por exemplo, e a consequência disso foram jovens que não aprenderam a ler e escrever, sendo assim, ainda que migrassem para outros estados e cidades, não conseguiriam ter uma grande mudança de vida, pois não conseguiriam se adaptar a cargos de trabalho que exigisse leitura por exemplo.

A história de Edileuza nos mostra o quanto o estado abandona essas comunidades rurais, e mais ainda as pessoas que vivem nela, a facilidade de viajar com crianças sem documento, e a despreocupação quando duas crianças foram registradas após os dois anos de idade, serve como exemplo claro de que não existiam políticas públicas que atendessem a esses indivíduos, e sequer se preocupou se elas estavam tendo acesso à educação e saúde.

E isto sem falar nas outras questões de cidadania, como direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. A avaliação deste período fortalece a certeza de que o maior empecilho para que os registros civis fossem feitos logo após o nascimento das crianças, foi a pobreza e desigualdade social.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Código penal e de processo penal, 3º Edição. Brasil. 2022.

ECA, Estatuto da criança e do adolescente, Brasília, 2022.

EVANGELISTA, Maria do Céu; JULIO, Ana Célia. Registro tardio de nascimento e a dignidade da pessoa humana. Mato Grosso. FADAF, 2014.

EVANGELISTA, Maria do Céu de Oliveira; JULIO, Ana Célia de. Registro Tardio de Nascimento e a Dignidade da Pessoa Humana. Londrina. 2014.

FERNANDES, Luciana Aparecida. Brasil do pós milagre econômico: 1974. 1984. Jornal eletrônico, Faculdades integradas Vianna Junior. Brasil. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 19 de agosto de 2023.

PAULINO, Ana Elisa Laura. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. Revista Katálysis, Vol.23. Maio de 2020.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas.. Brasil, 1938.

Registro Cível. História dos cartórios de registro civil no Brasil remonta ao período colonial. Disponível em: <<https://blog.registrocivil.org.br/2023/06/01/historia-dos-cartorios-de-registro-civil-no-brasil-remonta-ao-periodo-colonial/>> acesso em: 15/07/2023.

SANTOS, Aldeci Figueiredo. Migração em Sergipe. Brasil, 1978.

Senado brasileiro. Código Cível Brasileiro e legislação correlata. 2ª edição. Brasília, 2008.

SILVA, Juliana Franchi da. A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil. Revista Latino-Americana de História, vol. 1, nº. 3, março de 2012, Edição Especial - Lugares da História do Trabalho.

VIEIRA, R. M. Celso Furtado: o projeto de construção capitalista do Nordeste. In: Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964) [online]. Santo André: Editora UFABC, 2019, pp. 209-221. ISBN: 978-65-89992-27-1.

ANEXO

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO DAS ENTREVISTADAS:

ENTREVISTA: AMBROZINA FERNANDES DOS SANTOS JORGE

Ambrozina: O meu nome é Ambrozina Fernandes dos Santos Jorge

Natalia: Vou usar esse áudio para a minha pesquisa de TCC da faculdade, e queria saber se a senhora autoriza que eu use e documente para a pesquisa. A senhora autoriza?

Ambrozina: Autorizo!

Natalia: Eu queria saber como foi quando a senhora conheceu Edileuza, quando ela chegou aqui (em Sergipe), quantos filhos ela tinha, se ela tinha o registro civil, não tinha, como foi a senhora conheceu?

Ambrozina: Quando eu conheci ela, ela só tinha duas (filhas), que eu não conheci o menino, o menino já tinha falecido, aí uma tarde como essa o meu irmão vinha do lado de lá de timbu quando chegou na casa de nascimento, o finado João chamou: “João faça um favor” e aí ele foi, aí se a afinada Filomena perguntou se ele que não tinha mulher se ele queria morar com Edileuza ele não pensou duas vezes, aí quando chegou na casa da minha mãe já foi com ela, Edileuza e Maria e Lucinha, você tinha 2 anos nessa época, sim, você é 2 anos e Maria 3 anos e o meu tinha 1, o que faleceu. Aí ficou na casa da minha mãe morando até eles fazer ele um barraco, mas eu nem sabia que foi o meu irmão que tinha registrado as duas meninas.

Natalia: Não sabia?

Ambrozina: Não, sabia não sabia não, agora que eu sei que que elas foram registradas, eu pensei que Edileuza tinha trazido o registro, que ela trabalhava diz que numa usina, e mais o pai (o pai das crianças) e os 3 meninos, aí apareceu um Zé de loura nessa usina aí começou a namorar com a sua vó (Edileuza) aí o seu bisavô mandou que ela viesse, foi assim que ela me contou, pra ficar com esse Zé de loura, porque para ficar mais ele (o pai de Edileuza) ela tinha que dar os 3 filhos, ela disse que não tinha coragem de dar os filhos dela, acompanhou este Zé de loura sem conhecer conheceu lá na usina de trabalhava cortando cana, aí ela veio quando ele chegou em Indiaroba ele abonou ela, aí final do João tomou conta batizou o menino mas a Anizia e o menino faleceu.

Aí foi morar com sr Almiro, e sr Almiro com pena de dar comida a vocês (as duas filhas de Edileuza) vivia falando dela, aí ela fez queixa o compadre aí compadre levou lá para a casa de dona Filomena; chegou lá arranjou para morar com meu irmão, ele não pensou duas vezes, e levou ela embora, aí ela ficou lá morando ‘mais’ ele lá em casa e depois fez um barraquinho dele e foram morar juntos.

Natalia: A senhora lembra com que eles trabalharam depois que eles se juntaram?

Ambrozina: olha Edileuza trabalhava em roça ele também em roça, em maré é pegando um marisquinho né? E aí foi como criaram as duas meninas, aí depois apareceu Zezé, depois Louro, aí desses dois para cá o resto eu não soube, porque essa foi criada foi a madrinha, aí ainda moraram lá em mimejibe não sei quanto tempo e de lá de minejibe vieram pra pontal, do pontal foi para lá pro Mangue Seco- BA, aí do mangue seco pra lá a minha história acabou aí né? eu também vim embora, mas não foi pra cá né? Foi pra outro lugar.

SOBRE ECONOMIA

Natália: A senhora falou que morou em outros lugares, a senhora foi pra trabalhar ou porque tinha família lá?

Ambrozina: Foi pra trabalhar.

Natalia: Era muito difícil de dinheiro naquela época?

Ambrozina: Era muito difícil, quando eu morava na Dizilena (conjunto Habitacional da área rural de Estância-SE), e eu tive minha filha que tem 34 anos hoje, o meu esposo ganhava 40 conto, por semana, e 40 contos por semana não dava pra nada, ele era vaqueiro.

Minha mãe botava as louças dela na feira, das pessoas namorarem, e tinha que vender fiado, não tinha quem comprasse, ela passava o dia todo sentada no chão, no sol e voltava pra casa com uma mão na frente e outra atrás, o que o meu pai ganhava não dava... no verão era na olaria tirando barro pra Sr Zé de Naninha fazer telha... hoje você trabalha e você compra o que você quer, você veste o que você quer, e naquele tempo minha filha, não dava, era um enxugando e outro vestindo, eu cansei de ver meu pai botando um varal perto do fogo pra secar a roupa, e no outro dia a roupa estava podre a fumaça...

SOBRE A PERCEPÇÃO DA DITADURA

Natália: Naquela época, estava acontecendo um período no Brasil chamado Ditadura militar, a senhora já ouviu falar?

Ambrozina: Eu já ouvi falar, mas tenho lembrança muito pouca.

Natália: A senhora percebia alguma coisa de diferente acontecendo no dia a dia, polícia pela rua, ou não via nada de diferente?

Ambrozina: Não, não via não.

SOBRE O SEU REGISTRO

Natália: No caso do registro, a senhora foi registrada mais tarde, ou logo que a senhora nasceu os seus pais já te registraram?

Ambrozina: Eu me registrei certinho. Assim, se eu nasci de noite, de manha meu pai ia registrar, mas o bendito do cartório era enrolado aí acumulava os registros lá, sabe? Aí eu não sei se meu pai recebeu meu registro na hora ou depois.

ENTREVISTA COM IVANILDE MAURICIA DA CONCEIÇÃO.

Natália: Como é o seu nome completo?

Ivanilde: Meu nome é Ivanilde Maurícia da Conceição.

Natália: A senhora autorize essa gravação no meu trabalho de conclusão de curso?

Ivanilde: Sim.

Natália: Eu queria saber como foi que Edileuza chegou aqui? Como foi que a senhora a conheceu?

Ivanilde: Eu conheci Edileuza, ela veio de lá com um rapaz que era filho daqui, mas ela passou muita dificuldade aqui, e ela sofreu muito porque ela chegou aqui e não sabia nada, não conhecia nada, assim, as coisas de lá eram diferentes daqui né? Ela não sabia o que era trabalhar em roça, não sabia pescar, não conhecia marisco, esses negócios de caranguejo, não conhecia nada.

Mas ela se juntou com um rapaz daqui, aí ela vinha ajudar nas casas de farinha, não sabia nem raspar mandioca direito, mas ela foi aprendendo com a gente, a gente ensinava, aí ela ia trabalhar com a gente, papai pagava o dia dela igual pagava a gente mesmo ela sem saber fazer as coisas direito porque ela precisava muito.

Natália: Com quantos filhos ela chegou em Indiaroba?

Ivanilde: Que eu lembro, duas, Maria e Lucinha.

SOBRE ECONOMIA

Natália: Como era na época o trabalho da senhora? O que ganhava no trabalho dava pra comprar tudo ou era difícil?

Ivanilde: Era muito difícil, eu mesmo trabalhava muito, eu fazia panela de barro, trabalhava na roça, mas o dinheiro não dava, eu vivia de pescaria, e ela (Edileuza) coitada que nem isso sabia fazer, pra poder aprender ela sofreu muito.

Natália: Chegava muita gente por aqui?

Ivanilde: Não, era difícil, naquele tempo aqui não tinha nem estrada, as estrada era aqueles caminhos que a gente passava, nem carroça de burro tinha, depois que veio aparecer aquelas bicicletas.

SOBRE A DITADURA

Natália: Naquela época estava acontecendo um movimento político no Brasil chamado ditadura militar, a senhora via muita polícia na rua? Algum movimento?

Ivanilde: Não não. Era tudo mato aqui, tinha uma fábrica de arroz aqui atrás, mas a rua mesmo era a rua principal, mas essas outras ruas aqui eram casa de palha, de taipa.

Natália: Então não tinha muita movimentação?

Ivanilde: Não, Não. Mamãe contava que quando apareceu o primeiro carro aqui em Indiaroba o povo trancou as portas com medo porque não sabia o que era (risos). Ai tudo fecharam as portas com medo. Era tudo muito difícil.

SOBRE OS REGISTROS

Natália: como foi pra registrar seus filhos?

Ivanilde: Os meus filhos... Naquele tempo pra a gente registrar os filhos era muito difícil, porque a gente não andava tendo muito dinheiro, mas o governo mandava uma equipe, ai marcava um tempo e vinha pra cidade pra aquele povo que não tinha condições de ir registrar os filhos registrarem, ai a gente ia na delegacia, assinava um atestado de pobreza para poder registrar os filhos.

Natália: A senhora registrava junto todo mundo, ou separado?

Ivanilde: Registrava todos de uma vez.

Natália: A senhora sabia de cor quando nasceu?

Ivanilde: Não, eu tinha anotado, a data de nascimento, como eu não podia tirar o registro logo, o meu pai também era assim, anotava a data de nascimento, tava anotado pra quando ele podia ir registrar. Só que as vezes, eu mesmo registrei dois com a mesma idade, mas eu fui logo de imediato no cartório, não era muito caro e ai eu consertei.

SOBRE O TRABALHO

Natália: Quanto vocês recebiam no dia de trabalho?

Ivanilde: Minha filha, eu não sei te dizer. Eu sei que a gente trabalhava a semana todinha

SOBRE A EDUCAÇÃO

Natália: A senhora chegou a ir pra escola, aprendeu a ler?

Ivanilde: Não. Eu não fui pra escola. Quando surgiu uma escola no Cajueirinho, eu era mocinha, tinha uns 11 anos, ai papai era daquele povo do tempo velho, ele matriculou os filhos homens que precisava estudar, precisava viajar pra conhecer, né? Mas as mulheres não precisava disso, mulher era pra casar, cuidar de marido, cuidar de filho, filho que nascia de quinze em quinze (risadas), ai ele não me botou na escola... Mas como eu tinha uma vontade de aprender, ai eu sempre pedia pro meu irmão mais novo o ABC, ai ele me ensinava, mas não eu indo pra escola, as vezes ele me passava no quadro negro as letras, mandava eu cobrir, depois ele mandava eu olhar em cima e fazer em baixo, e eu sei que nessa brincadeirinha eu aprendi um pouquinho.

Natália: E seus filhos foram:

Ivanilde: Sim, foram todos.

ENTREVISTA COM EDILEUZA MARIA ALVES DE LIMA

Natália: Como é o seu nome completo?

Edileuza: Edileuza Maria Alves de Lima

Natália: A senhora tem quantos anos agora?

Edileuza: E eu sei? Quem sabe é Lucinha.

Natália: A senhora me autoriza usar esse áudio no meu trabalho de conclusão de curso?

Edileuza: Autorizo.

Natália: Eu vou perguntar um pouquinho da sua história esta bom?

Natália: Como era que a senhora trabalhava lá no canavial?

Edileuza: Limpando com a enxada, tirando o mato pra deixar limpinho.

Natália: E como era que a senhora fazia com as crianças, deixava com alguém?

Edileuza: Deixava com a minha comadre.

Natália: Quem trabalhava no canavial?

Edileuza: De primeiro eu não trabalhava não, quem trabalhava era o pai delas, eu ficava em casa cuidando das meninas, só que ai ele me enganou, foi embora e eu tive que procurar meu destino, tive que trabalhar.

Natalia: Quando ele foi embora como foi que a senhora fez?

Edileuza: eu estava numa casa, ele me deixou numa casa sozinho com Lucinha e Maria aí eu fiquei só, fui para a casa de meu pai com a minha mãe, quando cheguei lá, trabalhava todo dia estava no canavial limpando, quando eu cheguei lá um dia aí eu cheguei do trabalho meu pai disse olha aqui tem duas mulheres, aí meu pai disse: “olhe essas duas mulheres tão aqui pra levar duas filhas viu? Porque eu não quero você aqui não, eu só quero você aqui se você der essas duas filhas, se você der você fica mas se você não der você pode desaparecer” e aí eu saí no mundo jogada de lá pra cá.

Natália: E seus documentos como foi?

Edileuza: Eu vi sem documento, que o documento que eu tinha de primeiro era o registro, mas nem o registro minha mãe se lembrou de me dar.

Natália: a senhora veio sem nada?

Edileuza: Sem nada.

Natália: E as meninas tinham documento? Ou só o do batizado?

Edileuza: Só o do batizado.

Natália: Não tinha do registro?

Edileuza: Não que o registro foi João que tirou.

Natália: Quando a senhora veio para cá, a senhora veio como?

Edileuza: Vim no caminhão

Natália: num pau de arara foi?

Edileuza: sim.

Natalia: aí veio com quem?

Edileuza: Com o rapaz (Zé de Moura) quando cheguei pra cá ele deu para beber aí eu deixei ele aí fui pro cajueirinho, pra casa de um homem chamado nascimento e aí comecei a trabalhar pra dar comida as menina.

Natália: Esse nascimento é o avô de Lourdes?

Edileuza: É, já morreu de hoje.

Natália: e a senhora lá em Alagoas a senhora morava dentro de onde? era onde era dentro da fazenda? A casa era à era do patrão?

Edileuza: Sim, eu não tinha casa.

Natália: E aí quando a senhora chegou aqui para trabalhar em Indiaroba, a senhora trabalhava com o quê?

Edileuza: Carregando água na cabeça. No cajueirinho eu plantava cana, batata, mandioca, banana lá no terreno, mas de enxada.

Natália: E as meninas você deixava onde?

Edileuza: Em casa, assim perto.

Natalia: Elas iam pra escola?

Edileuza: Quem botou na escola foi comadre Ana, que eu não botei.

Natália: E como foi pra registrar as meninas?

Edileuza: João levou. Ele levou o batistério de Lucinha e de Maria, e registou.

Natália: E os seus documentos novos como foi pra tirar?

Edileuza: Eu fui lá com ele.

Natália: E a cidade você disse certinho?

Edileuza: Sim, em Alagoas.

Natália: E a data?

Edileuza: A data eu não sei, eu nasci em um dia de agosto, aí a moça colocou qualquer uma pra eu não ficar sem.

Natália: E quando a senhora trabalhava naquela época, dava pra comprar tudo ou não?

Edileuza: Dava pra comprar o que precisava.

Natália: O dinheiro que a senhora ganhava por dia era muito ou pouco?

Edileuza: Era pouco, uma besteira.

Natália: A senhora chegou a ir pra escola?

Edileuza: Eu cheguei a ir pra escola uma semana, na outra mãe disse que não era pra eu ir, que era pra eu tomar conta dos meus irmãos, é por isso que eu não sei ler nem escrever.